

Informação solicitada aos órgãos licenciadores federal, estaduais e municipais para monitoramento e análise dos efeitos da aplicação da Resolução CONAMA 369/2006 que dispõe sobre os casos excepcionais de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente – APPs.

Resposta realizada pela Coordenadoria de Atividades Agropecuárias e Piscicultura – CAAP na Superintendência de Infra Estrutura Mineração Indústria e Serviços – SUIMIS/SEMA.

- 1- Quantitativo de pedidos de autorização de intervenção ou supressão de vegetação em APP protocolados desde a publicação da Resolução (março de 2006).

R: Apenas um empreendimento solicitou a supressão de vegetação em APP para viabilidade do seu projeto (175706/2007 - Piscicultura).

Outros empreendimentos de piscicultura, já instalados em APP e sem a devida licença ambiental, estão tentando regularizar suas atividades baseado no Art.11, inciso XI, parágrafo 2.º

- 2- Fatores motivadores das negativas de autorização de intervenção em APP.

R: Nenhum pedido negado.

- 3- Quantitativo de pedidos de autorização de intervenção ou supressão de vegetação em APP deferidos, discriminados, se possível:

R: Apenas um pedido de supressão de APP.

- 3-1- por tipo de obra, plano, atividade ou projeto (conforme classificação da Resolução CONAMA 369/06:

R: Obra: abertura de um canal de derivação para abastecimento dos tanques de piscicultura.

- 3-2- por tipo de APP (conforme tipos elencados na Resolução CONAMA 303/02).

R: Tipo de APP: faixa marginal do córrego.

- 4- Área de APP a ser afetada pelos pedidos deferidos, por tipo de APP, ou, se não for possível esta avaliação, tipos de APP que serão mais afetados.

R: Área de aproximadamente 1,5ha, correspondendo a 2% da APP existente.

- 5- Dificuldades encontradas pelo Órgão licenciador na interpretação da Resolução.

R: Não foram encontradas dificuldades.

- 6- Dificuldades encontradas pelo Órgão licenciador na aplicação da Resolução.

R: A comprovação de que realmente a área esta dentro do limite de 5% devido à falta da LAU.

- 7- Atividades, planos e obras de utilidade pública ou interesse social, não elencados na Resolução, que deveriam ser considerados, segundo o Órgão licenciador.

R: Não foram encontrados casos não elencados na resolução.